

Ceará figura na penúltima posição em ranking sobre mercado livre de gás

Entre 19 entes federativos que possuem regulamentação sobre o tema, apenas o Amazonas aparece atrás. Arce contesta resultado

ADRIANO QUEIROZ

adriano.queiroz@opovo.com.br

O Ceará aparece na penúltima posição, entre 19 estados que possuem regulamentação sobre o mercado livre de gás, conforme ranking lançado nesta semana por três das principais entidades que congregam empresas do setor.

O Ranking do Mercado Livre de Gás (Relivre) foi desenvolvido conjuntamente pela Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), levando em consideração quatro parâmetros para aferir o desempenho regulatório de cada estado: isonomia, facilidade de migração, desverticalização e comercialização.

De acordo com o ranking, o Ceará tem pontuação de 29,2 (numa escala de 0 a 100) e fica acima apenas do Amazonas com 28,2. No item desverticalização, a legislação cearense não pontuou.

Já no item facilidade de migração do mercado cativo para o livre, o Estado teve sua maior pontuação: 16,49. No cômputo geral, no Brasil, a liderança fica com o Espírito Santo, com 60,5 pontos.

Sete estados e o Distrito Federal sequer possuem regulamentação sobre o tema. Para o secretário executivo da ABPIP, Anibal Santos Júnior, “alguns estão se movimentando como Alagoas para regulamentar esse mercado, até porque pior que ter uma legislação ruim sobre o tema é não ter regulamentação. Então, quem vai ter o ônus mais efetivo disso é o estado porque se ele não tem uma regra de jogo estabelecida, quem quiser fazer um investimento não vai saber como atuar”.

No caso do Ceará, ele critica o que avalia como falta de debate quanto à legislação aprovada sobre o mercado de gás na Assembleia Legislativa, em 2021, oriunda de uma proposta enviada pelo então governador Camilo Santana (PT).

“Passou em 11 comissões em três dias e não houve sequer uma emenda, às vésperas do Natal. Quando ela foi aprovada, ainda havia a possibilidade do veto do

AGÊNCIA PETROBRAS



Gás Natural |

governador. Mandamos nossos comentários com sugestões e tivemos três reuniões com a equipe dele, mas não foi vetado. Posteriormente, ainda sugerimos que fosse feito um novo projeto de lei, já que a legislação não precisa ser uma coisa engessada, é inevitável aperfeiçoá-la”, defendeu.

À época, um dos pontos questionados era que a Lei Estadual nº 17.897/2022 tem conflito e sobreposição com a Lei Federal nº 14.134/2021, na medida em que os estados legislam sobre a comercialização de

gás ao consumidor livre quando este usar a rede de distribuição.

No caso da desverticalização, critério onde o Estado recebeu nota 0, ele explica que é porque a distribuidora atua em mais de um elo da cadeia produtiva. “A lei privilegia os interesses da distribuidora, em detrimento do mercado”.

Segundo os desenvolvedores do ranking, a ferramenta permite acompanhar de forma interativa as normas estaduais referentes à abertura do mercado. Ainda conforme as três

entidades, por meio do Relivre, é possível identificar os estados com as melhores práticas regulatórias e apontar possibilidades de aprimoramento.

“O ranking mede as facilidades dos grandes consumidores virem a se tornar consumidores do mercado livre. Esse movimento é importante porque vai baratear o gás porque ele não vai precisar passar pelas distribuidoras e vai atrair investimento e gerar emprego porque as indústrias usam muito o energético.”

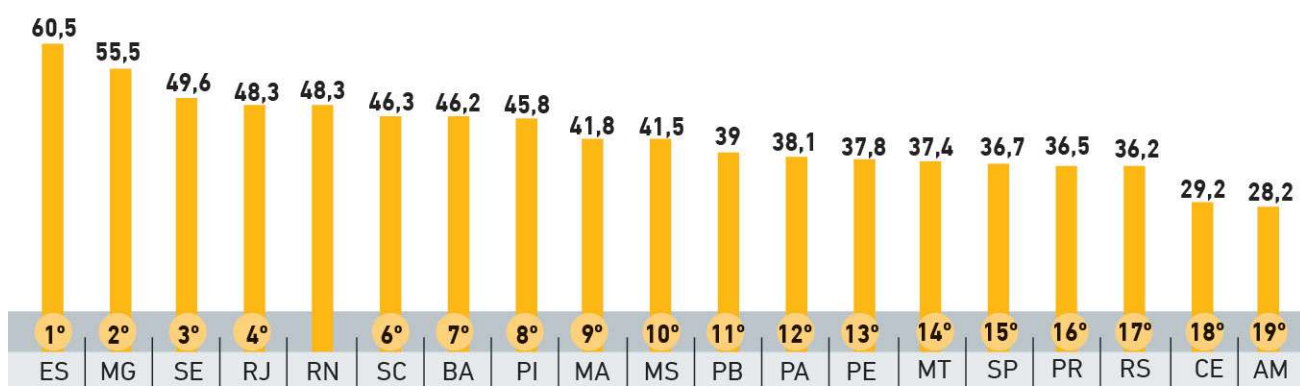


RANKING

O estudo na íntegra pode ser consultado no site <https://relivre.com.br/ranking/>

REGULAÇÃO DO MERCADO LIVRE DE GÁS

Ranking de desempenho estadual*



Resposta

Arce critica falta de transparência do ranking

O resultado do ranking sobre mercado livre do gás é contestado pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce). O órgão argumenta que o levantamento não deixa claro os problemas encontrados em cada legislação.

“Destaca-se que as notas atribuídas para cada um dos 37 itens regulatórios citados não tiveram suas justificativas publicadas por Estado, de maneira que não é possível opinar sobre os motivos que levaram o Ceará à posição alcançada”.

Mas pondera que é sabido que alguns atores do setor, como os criadores desse ranking, discordam de partes da Lei Estadual nº 17.897/2022, entendendo que há conflito e sobreposição com a Lei Federal nº 14.134/2021. “Portanto, o que se pode concluir sobre o Relivre, é que seus elaboradores fizeram suas avaliações baseados em seus entendimentos sobre quesitos como facilidade de migração, isonomia entre consumidores cativos e livres, comercialização e desverticalização”.

A Arce, no entanto, defende que está no seu escopo de atuação disciplinar o tema. Diz ainda que, atualmente, tramitam dois processos de regulamentação da lei, um que trata da prestação do serviço de distribuição de gás para consumidores livres, entre outros, e o segundo que trata da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que estão agora em avaliação pelas áreas técnicas após recebimento de contribuições vindas de audiências públicas.

Ambos os processos, após análise das áreas de fiscalização e econômico-tarifária, serão encaminhados ao Conselho Diretor da Agência para deliberação e aprovação. “Após a publicação desses regulamentos, a Arce passará a fiscalizar os serviços de comercialização de gás canalizado e os critérios de ingresso no mercado livre”.

Já a Companhia de Gás do Ceará (Cegás) informou que os critérios usados para estabelecer o ranking não estão na alçada da atuação da instituição.

Incerteza e juros travam investimentos, aponta estudo

BRASIL | Dados do Cemec-Fipe mostram que custo de captação subiu para 15%

As incertezas em relação ao rumo da política econômica e o efeito do juro alto devem travar os investimentos no Brasil neste ano e dificultar uma recuperação mais robusta da economia.

Desde o fim de 2022, essa piora da conjuntura já se refletiu num financiamento mais caro para as companhias. Excluindo Vale, Petrobras e Eletrobras, o custo de captação das empresas no mercado financeiro subiu para 15%, ficando acima do retorno a ser

obtido com o investimento, mostra levantamento do coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe), Carlos Antonio Rocca.

Isso significa que, para boa parte das empresas, sobretudo as médias e as pequenas, não vale mais a pena tomar recursos para fazer novas obras e ampliar a capacidade produtiva. Sem uma mudança no cenário, a tendência é de que projetos permaneçam engavetados. “A expectativa neste

ano é de que o investimento privado enfrente um baixo crescimento por causa do custo maior aliado a fatores como PIB mais fraco, estabilização dos preços das commodities e aumento do custo de mão de obra”, diz Rocca.

A decisão de investimento depende da estabilidade macroeconômica e de um bom ambiente de negócios. No País, há dúvidas, sobretudo, no campo das contas públicas - se o arcabouço fiscal a ser apresentado pelo Ministério

Fazenda estancará o endividamento da economia brasileira. O embate entre o governo e o Banco Central sobre o nível dos juros é mais um ponto de incógnita.

Os investimentos no Brasil já vinham dando sinais de perda de fôlego no ano passado. A chamada formação bruta de capital fixo cresceu apenas 0,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e chegou a cerca de 19% do PIB. Neste ano, a projeção do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) é de estagnação.

Apesar das dificuldades, ainda existem investimentos esperados para algumas áreas, que vão ignorar o cenário macroeconômico difícil e sair do papel. Na lista, estão a cadeia produtiva que envolve o agronegócio e a própria necessidade de modernização das empresas e setores de infraestrutura com obrigações contratuais. (Agência Estado)